Parte 2 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais

A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades

Marcelo Antonio Sotratti
Glaucio José Marafon

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SOTRATTI, M.A., and MARAFON, G.J. A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 191-206. ISBN 978-85-7511-443-8.
<https://doi.org/10.7476/9788575114438.0012>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais: desafios e possibilidades

Marcelo Antonio Sotratti
Glaucio José Marafon

O patrimônio cultural constitui-se num importante campo de pesquisa para as ciências humanas e ciências sociais aplicadas atualmente. Objeto de análise documental, de memória ou de possibilidades de desenvolvimento urbano, social, econômico e turístico, vem sendo analisado e estudado por diversos agentes, e os debates gerados por esse polissêmico campo de pesquisa vêm contribuindo para os processos de gestão liderados pelos órgãos de preservação do patrimônio, como o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

Os patrimônios culturais, construídos simbolicamente por meio de valores determinados por grupos sociais ou culturais envolvidos na produção ou proteção desses bens, apresentam-se em diferentes naturezas e tipologias. Aqueles presentes nos espaços rurais representam hoje documentos importantes do processo de transformação socioespacial sofrido no território em determinado tempo e espaço. Presente sob a forma de fazendas, igrejas, celeiros, engenhos, campos de beneficiamento, senzalas, esse patrimônio de natureza material constitui-se num exemplar lugar de memória coletiva de grupos políticos, econômicos, sociais e culturais envolvidos direta ou indiretamente com tais bens e possibilita, ainda, a perpetuação de práticas culturais vivas ligadas à história e à evolução do espaço rural, como gastronomia, festas, danças, rituais e modos de fazer.

As práticas de preservação e valorização desse patrimônio devem ser pensadas de modo a possibilitar sua inclusão nos processos de desenvolvimento socioespacial das localidades em que está inserido e, dessa forma, a análise crítica de sua estrutura, ocupação, apropriação, percepção e interpretação constitui-se em elemento essencial para os debates que envolvem tais processos de desenvolvimento.

Nesse sentido, este capítulo objetiva apresentar as possibilidades e os desafios que a pesquisa quantitativa oferece ao campo de estudo do patrimônio cultural presente no espaço rural, indicando alguns instrumentos de análise possivelmente utilizados nesse tipo de pesquisa. Alicerçada na aproximação entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa, a pesquisa qualitativa permite, no caso do patrimônio cultural, a análise processual que envolve os bens, revelando ideologias, construções simbólicas diversas, formas de pertencimento e apropriações que os processos de tombamento e as catalogações de bens impossibilitam.

Patrimônio cultural no espaço rural: campo de pesquisa para sua preservação e gestão

Atualmente, o patrimônio é reconhecido como temática de grande importância para as sociedades globalizadas. As transformações sociais, econômicas e espaciais observadas em diferentes países e sociedades vêm despertando a crescente preocupação mundial em manter e valorizar elementos simbólicos que remetam à memória dos grupos que fazem parte de tais localidades. Contudo, a utilização generalizada do termo “patrimônio” é relativamente recente e está associada aos processos de perdas materiais e simbólicas ligadas, na maioria dos casos, aos processos de modernização que a industrialização impôs à sociedade a partir do século XIX (Choay, 2006). Há pouco tempo, a palavra patrimônio, oriunda do *patrimonium* romano, era associada a significados bastante distintos dos elementos da cultura e da natureza que hoje os órgãos de preservação valorizam e protegem.

Tradicionalmente concebido como o legado tangível deixado pela geração anterior, herança material privada transmitida de pais para filhos, o conceito de patrimônio evoluiu para uma concepção mais ampla de memória de grupos sociais e de elementos representativos da história de determinado povo. Também incluiu, anos mais tarde, os bens imateriais representativos da dinâmica social e cultural de uma sociedade, agregando manifestações e expressões populares aos elementos materiais. Como salienta Amirou (2000), o patrimônio imaterial, que inclui a cultura popular como parte de um patrimônio vivo, foi reconhecido recentemente. Nos dias de hoje, de acordo com o autor, observa-se uma revisão permanente no conceito de patrimônio, abandonando-se a ideia de monumentalidade, adotando-se uma visão ampla que integre os diferentes

testemunhos da ação do homem e da natureza e enfatizando-se seu contexto original e seu valor simbólico.

Nesse sentido, segundo Dewailly (1998), é inquestionável que o patrimônio rural se torne hoje objeto de grande atenção, seja por seu valor sociocultural, seja por sua importância econômica. Ele abrange objetos e práticas culturais que vão além do simples patrimônio agrícola. É o resultado de uma união harmoniosa entre patrimônio natural e patrimônio cultural e de uma longa interação do homem no meio. Conforme o autor, é importante compreendermos a visão multidimensional do patrimônio rural, que envolve diferentes manifestações, como arquitetura, festividades, modos de fazer, artes tradicionais, idiomas locais e lendas.

Ao analisarmos os bens culturais presentes nos espaços rurais brasileiros, listados pelos órgãos de preservação do patrimônio cultural em suas diferentes escalas, observamos ampla variedade de elementos materiais e imateriais que documentam períodos importantes da evolução econômica do território, como fazendas de café, engenhos de cana-de-açúcar, igrejas, escolas rurais, sítios arqueológicos, paisagens rurais, quilombos, além de manifestações culturais importantes, como festas populares, danças, modos de fazer artesanais e celebrações religiosas.

De acordo com Chiva (1997), vale lembrar que a problemática que envolve a valorização e a preservação do patrimônio cultural coloca em pauta a discussão referente à raridade, à autenticidade e à identidade dos elementos a ele associados. Para o patrimônio rural, essa questão é cada vez mais discutida na afirmação das identidades locais e envolve três características: a diversidade, a heterogeneidade e a observação e intervenção de seus elementos constitutivos – que compreendem os modos de existência material e de organização social, os saberes técnicos e simbólicos, o imaginário social, as formas de comunicar e a urgência da intervenção diante do crescente processo de desaparecimentos e reinvenções simbólicas de tais bens culturais.

O avanço da urbanização, a diminuição da população agrícola, as evoluções tecnológicas e econômicas que afetaram a agricultura, a degradação e a perda de diversidade das paisagens rurais por causa do avanço da agricultura extensiva são fatos importantes para os principais argumentos que possam situar a proteção e a conservação do patrimônio rural como imperativos urgentes. O patrimônio rural é um importante componente da memória, além de formador da imagem e da identidade dos territórios, e constitui um recurso considerável para a afirmação e a autoestima das populações e para o desenvolvimento local. A diversidade e a riqueza patrimonial dos territórios rurais justificam o investimento em sua preservação e valorização. Basta lembrar seu papel como espaço adequado para educação, lazer e atividades culturais desenvolvidas por diferentes grupos em tais espaços.

No entanto, o tombamento de monumentos urbanos considerados portadores de valores que representam a diversidade cultural brasileira permanece como a principal ferramenta de preservação de nossos bens culturais e de nossa memória. Nas últimas duas décadas, são notórios os avanços no campo de pesquisa e prática do patrimônio cultural: a abrangência conceitual e um novo entendimento sobre o que vem a ser o patrimônio e a criação de novos instrumentos para a salvaguarda dos bens culturais. Porém, apesar desses avanços, ainda é possível identificar, na atuação de órgãos como o IPHAN, permanências de uma perspectiva mais tradicional ligada à excepcionalidade dos bens passíveis de ser preservados.

Nos últimos anos, assistimos a tentativas de gestão e proteção do patrimônio cultural rural por meio de intervenções no âmbito do patrimônio construído. Trata-se de estratégias de desenvolvimento cada vez mais ligadas ao turismo cultural e ao ecoturismo, na tentativa de preservar e manter vivas memórias, aprofundar identidades e fortalecer os territórios na ótica de sua inserção na nova ordem global. O turismo, visto não só como atividade essencial para o homem contemporâneo, mas também como estratégia de desenvolvimento econômico, deve ser enquadrado na nova ideologia de desenvolvimento das necessidades humanas. Isso significa integrar o patrimônio numa prática conciliatória entre consumo turístico e melhoria das condições de vida da população local.

Ao analisarmos o caso do patrimônio cultural presente no espaço rural fluminense, por exemplo, observamos que, ao longo das últimas décadas, o processo crescente de urbanização e a expansão das periferias urbanas, somados às pressões e aos avanços constantes da especulação imobiliária, ao esvaziamento populacional das áreas rurais dos municípios e à falta de políticas públicas adequadas, colocaram em risco a sobrevivência do patrimônio cultural do espaço rural, o que contribuiu para reforçar o sentimento de perda eminente e de urgência em relação à sua preservação.

Além disso, as pressões, as ideologias políticas e a carência de recursos técnicos e humanos vêm levando os órgãos de preservação do patrimônio a adotar práticas seletivas e arbitrárias na proteção do patrimônio rural do estado, comprometendo a proteção integral desse conjunto de bens. Notadamente, os bens culturais urbanos foram privilegiados, assim como os bens materiais rurais dotados de grande significado simbólico para os grupos hegemônicos locais.

Segundo Lerner (2010), existe pouco conhecimento sobre a sociedade rural fluminense – sua maneira de viver, de se relacionar, seus hábitos e costumes –, considerando-se o papel que esta desempenhou, no decorrer do século XIX e no início do XX, na construção de um período importante da história da nação brasileira, que, de forma tão marcante, deixou vestígios nas paisagens e no jeito de ser do homem do interior do estado. A autora questiona o destino dos “patrimônios” – materiais e imateriais –, que, muitas vezes, passam por processos de degradação ou desaparecimento sem o devido

registro ou seu reconhecimento como documentos referenciais de uma parte significativa da identidade cultural fluminense.

A realização de trabalhos sistemáticos de pesquisa, como os inventários e os diagnósticos do patrimônio cultural, ajuda a reconhecer sua importância histórica, arquitetônica, urbanística e paisagística, reforçando seu papel como lugar de memória ou referência cultural. Essa compreensão se dá pela abrangência que tais estudos possuem, como diferentes tipos de coleta de dados e levantamento de informações de diversas naturezas em campo, além de registro e identificação, em diferentes graus de detalhamento, dos valores simbólicos de tais bens patrimoniais.

Quando realizados de forma contínua, os inventários voltados ao conhecimento dos mais diferentes universos culturais e dos recortes temáticos relacionados à produção do homem ou da natureza transformam-se numa ferramenta fundamental para a instrumentalização de programas e atividades de preservação. Esses inventários disponibilizam informações importantes, que subsidiam as intervenções físicas – as quais visam à recuperação integral dos bens materiais conservados ou degradados – ou a implantação de práticas de apropriação de seus espaços, como o turismo cultural.

Esse turismo tem sido, no mundo contemporâneo, a maior ferramenta para a refuncionalização e a apropriação dos patrimônios rural e urbano. Seja por meio de iniciativas empresariais – implantação de hotéis, restaurantes, complexos de eventos ou empreendimentos comerciais –, seja por meio de investimentos públicos e não governamentais – criação de museus, centros de capacitação, espaços culturais e recuperação de centros históricos para uso social –, o turismo cultural representa uma atividade operante na conservação e na valorização de tais bens.

Para Lucas (2008), fazer da preservação de um patrimônio cultural rural uma atividade sustentável requer a diversificação de iniciativas e a integração de uma rede de apoios que podem ser institucionais e empresariais simultaneamente. O turismo cultural pode combinar as duas possibilidades e enriquecer sua atuação por meio de parcerias com o terceiro setor ao promover ações educativas, acadêmicas, institucionais, de pesquisa e desenvolvimento de projetos socioculturais especiais.

No entanto, avaliar o papel do turismo e as transformações materiais e simbólicas no patrimônio rural é fundamental para os processos de gestão dessas áreas, que vêm sofrendo grandes pressões da urbanização. O campo de pesquisa do patrimônio deve adotar princípios metodológicos que alcancem dimensões mais amplas do que simplesmente descrições minuciosas das técnicas ou das configurações espaciais desses bens. As apropriações sociais, as impressões e os relatos constituem-se em excepcionais fontes de informação para analisarmos esses bens. Nesse sentido, os métodos qualitativos se configuram como importantes ferramentas de análise.

A pesquisa qualitativa nos estudos do patrimônio cultural em espaços rurais

Embora haja muita diversidade entre os estudos denominados qualitativos, alguns aspectos essenciais identificam-nos. A pesquisa qualitativa tem o objeto como fonte direta de dados, e o pesquisador guarda um papel fundamental como instrumento intermediador dessa pesquisa. Os estudos qualitativos têm como preocupação essencial a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem, valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos que registrem os preciosos momentos observados entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. Para esses pesquisadores, um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui, o pesquisador deve aprender a usar a si mesmo como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

A palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem e desempenha um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados. Os dados coletados aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, vídeos, desenhos e vários tipos de documento. Visando à compreensão ampla do fenômeno estudado, esse tipo de pesquisa considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. O ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente; e não devem ser reduzidos a variáveis, mas observados como um todo.

Os pesquisadores que utilizam a pesquisa qualitativa estão preocupados com o processo, e não simplesmente com os resultados ou o produto do estudo. O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta em atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem compreender o quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações.

Hoje, a abordagem qualitativa, por meio de seus diferentes tipos e instrumentos de pesquisa, tem lugar assegurado como uma forma viável e promissora de trabalhar em ciências sociais. Em função da natureza do problema que se quer estudar e das questões e dos objetivos que orientam a investigação, a opção pelo enfoque qualitativo se torna, muitas vezes, a mais apropriada. Quando estamos lidando com problemas pouco conhecidos e a pesquisa é de cunho exploratório, esse tipo de investigação parece o mais adequado. Quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, em sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada. Ainda quando nossa preocupação é compreender a teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior das organizações, o trabalho

qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar.

Consideram-se três tipos básicos de pesquisa qualitativa: os estudos documentais, os estudos de casos e a etnografia. Independentemente das diferenças conceituais e instrumentais que os caracterizam, cabe ressaltar alguns procedimentos primordiais para a análise qualitativa do patrimônio no espaço rural.

O papel dos trabalhos de campo na investigação em geografia agrária

O trabalho de campo como técnica de análise pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para obter informações sobre a importância das relações espaciais. Uma de suas funções mais importantes é transformar as palavras e os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação, da realização de entrevistas e da aplicação de questionários, os pesquisadores e os estudantes apreenderão a realidade. De acordo com Minayo (2002), o trabalho de campo para a geografia representa a realidade observada a partir de uma concepção teórica investigada.

É importante termos alguns cuidados ao realizar o trabalho de campo, e um deles se refere à forma como nos aproximamos das pessoas a quem vamos entrevistar ou aplicar questionários. É necessário explicar para que servem os questionamentos efetuados. Ademais, devemos estar abertos à troca de informações, às novas realidades encontradas e registrar todas as informações em um diário ou caderneta de campo. As entrevistas podem ser gravadas, desde que o entrevistado autorize. O diário de campo é mais do que um simples registro de fatos; ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade.

Cabe agora a pergunta: como o trabalho de campo pode contribuir para a reflexão sobre a problemática agrária brasileira? Com a realização dos trabalhos de campo, poderíamos desvendar transformações em curso e mencioná-las durante a caracterização do espaço rural, pois o campo, em nosso caso o espaço rural, como prática, “representa tanto o local de onde se extraem as informações para as elaborações teóricas como o local onde tais teorias são testadas” (Compiani, 1991, p. 12).

Concordamos com Callai quando afirma que devemos tomar o trabalho de campo como um dos instrumentos para entender a realidade e que é necessário “partir do mais real possível, procurando entender a realidade tal qual ela se apresenta” (1986, p. 31).

Radaelli da Silva (2002) assinala como procedimentos metodológicos importantes na realização do trabalho de campo os seguintes requisitos: a priorização do

próximo como ponto de partida; a relação da parte com o todo como forma de entender sua dinâmica de recriação e interdependência; a superação da dicotomia homem $\times$ natureza em favor da ideia do espaço como um todo; e a dimensão histórica, que confere o caráter processual da constituição do espaço geográfico, o rompimento de fronteiras do conhecimento e a possibilidade da prática interdisciplinar. Tais requisitos são importantes para analisar a dinâmica socioespacial e a expressão das territorialidades em diferentes escalas. Logo, o trabalho de campo emerge como uma das formas de apreensão do conhecimento.

Nesse processo, é importante o olhar do geógrafo com sua observação, pois, como afirma Portella, “observar é ver com olhos diferentes daqueles que estamos acostumados a usar. É parar atentamente e enxergar detalhes, examinar a fim de descobrir. É o início do processo de investigação” (1990, p. 17). Além de observar, devemos descrever os elementos identificados em campo, pois “descrever é ordenar aquilo que se pode observar, é expressar a observação. Para descrever, é preciso organizar as ideias” (p. 18). Posteriormente, poderemos explicar os fenômenos observados, para o que será essencial uma fundamentação teórico-metodológica que nos auxilie a responder os questionamentos que balizam a investigação.

Para os estudos do patrimônio cultural rural, a observação precisa e individual dos bens e das práticas culturais que os envolvem possibilita ampliar o universo de análise. A análise geográfica contribui para a contextualização espacial do patrimônio cultural, uma vez que tais bens deixam de ser analisados isoladamente e de forma reduzida, e a inserção territorial de tais elementos no universo de análise se torna fundamental para se compreender os processos de transformação física e simbólica a que foram submetidos. A observação, nesse caso, é o ponto de partida para esse processo analítico.

Ao refletirmos sobre a questão agrária brasileira, alguns passos são norteadores. Um deles é contextualizar o período histórico em que vivemos. Segundo a periodização proposta pelo professor Santos, estamos inseridos em um período marcado pelo “meio técnico científico informacional” (1994, p. 20), no qual se sobressai a globalização, e, por isso, os papéis da técnica e da informação são fundamentais para estabelecer a configuração de uma sociedade cada vez mais urbanizada (processo de urbanização da sociedade defendido pelo filósofo Henry Lefebvre). Em virtude do predomínio da população urbana, diminui a população rural, e as atividades agropecuárias cada vez mais se associam ao urbano-industrial. O sistema logístico implementado no território é pensado para dar suporte ao atendimento da esfera produtiva e de comercialização da produção agropecuária.

Devemos pensar o espaço rural em sua complexidade atual, em um mundo globalizado, que apresenta uma transescalaridade dos fenômenos, no qual as conquistas tecnológicas mais intensas levam a significativas transformações, com a implementação

de uma logística no território que permite maior circulação de produção e de pessoas. Pensar o espaço rural, na atualidade, requer uma reflexão teórica consistente, com base na ciência geográfica e em seus conceitos fundamentais, aliados a um conhecimento da realidade empírica e à realização de trabalhos de campo.

Essa análise temporal é de extrema importância no campo de pesquisa do patrimônio cultural, pois permite compreender as transformações físicas e os processos de refuncionalização que o patrimônio rural sofreu. Possibilita, ainda, uma análise mais precisa dos processos de resignificação simbólica desencadeados por algumas formas de apropriação contemporâneas de tais bens, como o turismo de massa.

Devemos lembrar que a realização de trabalhos de campo consiste numa tradição na ciência geográfica e que a perspectiva de uma geografia agrária positivista e neopositivista vem sendo superada, desde os anos 1980, com o desenvolvimento de trabalhos que se orientam por uma perspectiva crítica e com a intenção de revelar o discurso e as ideologias das práticas presentes no meio rural brasileiro. Esse marco temporal é importante porque significa a ruptura da hegemonia dos trabalhos em geografia agrária – que se embasavam no positivismo e no neopositivismo, tinham base mais abstrata e utilizavam modelos – e a retomada dos trabalhos de campo com uma preocupação de cunho social. Como afirma Suertegaray, ocorreu a valorização “do trabalho de campo, fundamental ao reconhecimento geográfico da realidade, propondo, neste contexto, uma reflexão sobre o compromisso do pesquisador com os resultados e a sua divulgação entre a população envolvida” (1996, p. 2).

Observação: instrumento de coleta de dados e interpretação

A observação consiste num instrumento de pesquisa qualitativa essencial aos estudos do patrimônio cultural, já que a análise pessoal do pesquisador pode ser ampliada pela utilização dos sentidos humanos e, assim, enriquecida com mais detalhes. A observação e a entrevista são os instrumentos mais utilizados em pesquisa qualitativa, bem como o questionário. Segundo Gold, há quatro tipos de observador: “participante completo, participante observador, observador participante e observador completo” (apud Cowie, 2009, p. 167). Tais categorias estão associadas ao grau de inserção do pesquisador em seu objeto de pesquisa. No caso do patrimônio rural de natureza material, a observação participante permite o inventariamento dos bens com o auxílio de informações obtidas por outras fontes, como relatórios, material iconográfico ou até depoimentos de pessoas do local. No caso do patrimônio rural de natureza imaterial, o observador participante é muito comum, pois é necessária a interação total com o grupo cultural estudado. Esse tipo de observação predomina na etnografia, visto que,

para poder estudar a cultura de determinada sociedade ou grupo cultural, é necessária, geralmente, a inserção total do pesquisador nessa cultura.

No campo de pesquisa do patrimônio cultural rural, são empregadas várias modalidades de observação, que variam de acordo com as circunstâncias. Segundo os meios tradicionais utilizados, podemos diferenciar a observação em não estruturada e estruturada. A primeira consiste num tipo de trabalho realizado sem planejamento nem controle anteriormente elaborados. Aplica-se, normalmente, ao caso do patrimônio imaterial, em que, muitas vezes, as expressões ou possibilidades de observação surgem de súbito.

Já a observação estruturada se realiza em condições controladas, para responder a propósitos anteriormente definidos. Seu desenvolvimento requer planejamento e operações específicas. É o caso dos trabalhos de inventariamento dos bens culturais de natureza material, que incluem a elaboração prévia de roteiros ou fichas de observação e o acompanhamento das atividades descritivas nos locais de sua aplicação.

Entrevistas: a aproximação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa

Nas pesquisas qualitativas do patrimônio rural, a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas, é fundamental para obtermos depoimentos e informações de pessoas diretamente ligadas aos processos de gestão ou apropriação desses bens culturais. Nesses casos, a qualidade das informações está vinculada à escolha precisa dos sujeitos que farão parte das entrevistas. Com a definição de critérios segundo aos quais serão selecionados tais sujeitos, será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. A descrição e a delimitação da população-base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentada.

Para Duarte (2002), numa metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*, pois depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento e dos desdobramentos que os resultados das entrevistas já realizadas possibilitam. Segundo a autora, enquanto estiverem aparecendo informações originais ou dados que possam indicar novas perspectivas para a pesquisa, as entrevistas precisam continuar a ser feitas. À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação, e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso.

Quanto ao número de pessoas entrevistadas, a realização contínua de entrevistas até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos” (Dauster apud Duarte, 2002, p. 144) é o procedimento mais observado nas práticas de pesquisa. Eventualmente, é necessário um retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre acontecimentos e circunstâncias relevantes que foram pouco explorados nas entrevistas.

Para os estudos do patrimônio rural, as entrevistas com sujeitos ligados direta ou indiretamente aos bens – como agentes de órgãos públicos de preservação ou de planejamento urbano e pessoas ligadas à iniciativa privada e a grupos sociais locais – têm sido fundamentais para se desvendar as práticas e os conflitos socioespaciais que envolvem sua gestão e apropriação, como a inserção da população local nas políticas públicas, a mercantilização e a turistificação do patrimônio e a importância social desses elementos para a sociedade local.

A história oral como possibilidade de produção de conhecimento

A fonte oral constitui uma base primária para a obtenção de conhecimento, seja ele científico ou não. Estudos como o de Queiroz (1987) e Thompson (1992) ressaltam a importância do relato oral como fonte documental e de pesquisa. Para esses autores, a fala, antecessora das expressões escritas e gráficas, assume importância única como registro de acontecimentos e descobertas, e os relatos orais passam a ser valorizados paulatinamente pelas ciências sociais, uma vez que informações preciosas de caráter individual, como comportamentos, valores e emoções, não eram evidentes nos dados estatísticos. Com o tempo e o avanço de outras disciplinas, como a linguística, a semiótica e a antropologia, o discurso do ator social foi reconhecido, evidenciando-se sua lógica própria e sua estrutura como “linguagem”, o que permite a compreensão de fenômenos sociais que escapam à observação fria e distante do pesquisador (Camargo, 1994).

Segundo Gonçalves e Lisboa (2007), a história oral tem desvendado questões anteriormente desconhecidas a partir da investigação da realidade oculta dos sujeitos pesquisados, de suas ações e relações que não ficam evidentes nas estruturas sociais. Para as autoras, a história oral como método investigativo também tem sido utilizada para ressaltar a participação de grupos minoritários na vida social, valorizando suas experiências e seus processos criativos.

Alberti define história oral como

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de – ou testemunharam – acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (1990, p. 4).

Para o campo de pesquisa do patrimônio cultural rural, a história oral representa importante ferramenta para a obtenção de dados e informações, sobretudo em relação ao patrimônio imaterial, uma vez que revela antigas tradições, formas de participação social, técnicas e materiais e práticas de difusão de determinado bem de natureza imaterial, como festas, artesanato, gastronomia e práticas religiosas realizadas no espaço rural. Como uma poderosa ferramenta de recuperação da memória social, a história oral também contribui para os estudos do patrimônio material ao trazer à tona informações diretas de grupos sociais envolvidos, evidenciando formas de apropriação, diferentes processos de refuncionalização e níveis de participação social na implantação de políticas públicas em determinado território dotado de bens culturais relevantes.

O caráter multidisciplinar da história oral tem contribuído para o estudo da complexidade socioeconômica e cultural com a qual os sujeitos sociais se defrontam na atualidade e tem permitido maior inter-relação entre diversas disciplinas, como história, sociologia, antropologia, psicologia, geografia, ciências políticas e educação, o que amplia o universo de análise dos objetos de pesquisa. Esse método de pesquisa qualitativa tem possibilitado ao geógrafo maior inserção na análise dos problemas socioespaciais contemporâneos, ampliando sua capacidade de se aproximar de pesquisas de diferentes naturezas e bases metodológicas.

Gonçalves e Lisboa (2007) apresentam nove etapas que envolvem o emprego do método da história oral nos estudos sociais e culturais:

1. Elaboração do projeto de pesquisa a partir de um roteiro: como qualquer pesquisa acadêmica, a aplicação da história oral deve estar detalhada no projeto de pesquisa em que está inserida. É importante que o projeto apresente o maior detalhamento possível de sua aplicação, como justificativa, objetivos, amostragem, instrumentos, tabulação e análise dos resultados.
2. Apreciação do projeto de pesquisa por comitê de ética: uma vez que essa modalidade de pesquisa envolve seres humanos, a aplicação da história oral deve ser analisada e submetida a algum comitê de ética ou até a uma organização, pública ou não governamental, diretamente envolvida com o grupo social a ser investigado.

3. Definição do objeto de pesquisa: durante a elaboração do projeto de pesquisa, faz-se mister definir o objeto de pesquisa, pois a partir deste delinham-se as etapas posteriores do roteiro do projeto, como a aplicação da história oral. Um bom trabalho de pesquisa bibliográfica favorece a definição exata do objeto a ser pesquisado e amplia a discussão sobre o papel da história oral na compreensão global desse objeto de pesquisa.
4. Definição da questão-problema: outro elemento básico na elaboração do projeto de pesquisa é a definição da questão-problema. Por meio da elaboração de uma ou mais questões a partir do objeto de pesquisa que se pretende responder ao longo do processo investigativo e cujas respostas mostram-se relevantes teórica ou socialmente, a aplicação do método da história oral deve aparecer de forma implícita ou explícita.
5. Definição da amostra e critérios qualitativos: existem duas formas de se definir a amostragem da aplicação da história oral, a diversificação e a saturação. A primeira refere-se à identificação de um grupo diversificado de pessoas capazes de analisar os temas, fatos, estratégias e itinerários do grupo social pesquisado, possibilitando abarcar o campo da investigação. A segunda indica o esgotamento da amostra pela incapacidade de acrescentar informações relevantes à pesquisa, ou seja, quando as informações começam a se repetir, é sinal de que a amostra se esgotou.
6. Elaboração do roteiro de entrevista (fio condutor) com base na questão-problema: as trajetórias de vida são construídas por meio da inter-relação dialógica entre pesquisador e sujeito pesquisado, por meio de uma técnica de entrevista. O pesquisador seguirá um roteiro de perguntas elaboradas de acordo com a questão a ser investigada, obedecendo a um fio condutor composto pelas categorias previamente definidas na fundamentação teórica do projeto.
7. Realização das entrevistas: é preciso estar atento às condições ideais para a aplicação das entrevistas na história oral. Um fator importante a ser observado pelo pesquisador é a adoção de um espaço físico que permita um diálogo espontâneo e ao mesmo tempo reservado com o entrevistado. O agendamento prévio e o esclarecimento sobre os objetivos da entrevista devem ser priorizados. Deve-se dar especial atenção ao registro da entrevista, no sentido de testar o aparelho de gravação; solicitar permissão para gravar; preparar o ambiente para melhor resultado acústico; proporcionar ao sujeito entrevistado um diálogo franco e aberto; e estabelecer com ele uma relação de empatia.
8. Processamento das entrevistas: consiste em sua transcrição fiel, de forma a assegurar a fidelidade do conteúdo. Cabe ressaltar que as emoções observadas durante a entrevista devem ser consideradas importantes fontes de análise.

Eventuais falhas de gravação no decorrer da entrevista devem ser sanadas com anotações complementares do pesquisador durante ou após sua realização, para que se possa aproveitar o máximo da memória recente de seu conteúdo. É conveniente entregar a primeira versão do texto transcrito aos entrevistados para que possam conferir os conteúdos de suas falas apresentados nas entrevistas.

9. Codificação e análise das entrevistas: o processo de codificação das entrevistas inicia-se pela criação de categorias de análise desenhadas a partir dos objetivos da pesquisa. Tais categorias traduzem-se nos elementos de comparação e tabulação dos resultados. Posteriormente, deve-se realizar um reordenamento de tais dados com base no referencial teórico da pesquisa. Esse processo permite transformar dados, situações, ações e interações em conceitos, identificar as variáveis, as características das respectivas categorias e subcategorias e estabelecer uma lógica de análise.

A história oral, reconhecida hoje como uma técnica de pesquisa inovadora e abrangente que valoriza os sujeitos dos processos sociais e culturais, representa uma modalidade de pesquisa qualitativa essencial aos estudos do patrimônio cultural. A recuperação e a manutenção da memória possibilitadas por ela favorecem as práticas de preservação e valorização dos bens culturais, e ela está presente nas mais diversas formas de pesquisa que subsidiam o conhecimento, o registro ou os projetos de gestão desses bens.

Considerações finais

As pesquisas qualitativas aplicadas ao campo de pesquisa do patrimônio cultural presente no espaço rural possibilitam a ampliação da análise desses bens no território por meio de observações estruturadas, o reconhecimento e a inclusão de sujeitos alheios ao processo de patrimonialização e a coleta de informações raras e indisponíveis nos documentos existentes sobre tais bens.

Os trabalhos de campo constituem-se em etapa crucial para o aprofundamento da análise do pesquisador e permitem a percepção e a sistematização de instrumentos de pesquisa. No entanto, os desafios da aplicação da pesquisa qualitativa no campo do patrimônio cultural consistem na organização e na integração dos inúmeros instrumentos de pesquisa considerados e na relação de subjetividade existente em alguns dados considerados. As noções de subjetividade, de perspectiva, de reflexão e de textos desor-

denados são valorizadas durante o processo de pesquisa qualitativa porque permitem ver claramente a realidade psicológica, emocional e espiritual dos atores implicados.

A pesquisa qualitativa é aquela em que os pesquisadores se interessaram por compreender os significados que os indivíduos dão à sua própria vida e às suas experiências. Os pontos de vista, os sentidos que os atores dão aos seus comportamentos ou às suas vidas são matérias de observação e investigação. Valoriza-se a subjetividade na compreensão e na interpretação dos comportamentos humanos e sociais. Mas esses significados e essas interpretações são elaborados nas interações sociais em que os aspectos políticos e sociais afetam os pontos de vista dos atores.

O patrimônio cultural presente no espaço rural brasileiro consiste num grande potencial de pesquisa e reflexão. As diversas situações de estado de conservação, transformações e apropriações sociais ora observadas em tais bens exigem um olhar mais amplo e diversificado, que possibilite ao pesquisador diferentes abordagens e métodos de investigação. O campo das pesquisas qualitativas implica movimentos de produção e de sondagem. Com suas respostas parciais e circunstanciais, esse tipo de investigação oferece aos pesquisadores a oportunidade de manterem-se próximos da complexa produção dos modos de vida e de relação. Como essa produção não é estática, é importante que o pesquisador mantenha-se distante da expectativa idealizada e multiplique o conhecimento acerca de tais bens.

Referências

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Instituto de Documentação. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1990.
- . *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 19 jan. 2007.
- AMIROU, Rachid. *Imaginaire du tourisme culturel*. Paris: PUF, 2000.
- BECKER, Howards. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, Zaia. “Entre questionários e entrevistas”. In NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (orgs.). *Família & escola*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, pp. 171-83.
- BRUYNE, Paul et al. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CALLAI, Helena Copetti. “Questões para uma proposta de metodologia do ensino da geografia”. In —. *O ensino da geografia*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1986, pp. 29-38.
- CAMARGO, Aspásia. “Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas”. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1984, v. 27, n. 1, pp. 5-28.
- . “O método qualitativo: usos e perspectivas”. *Sociologia, sociologias*. III Congresso Nacional de Sociologia. Sociedade Brasileira de Sociologia, Brasília, 1987, pp. 1-11.
- . “História oral e política”. In MORAES, Marieta de (org.). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, FINEP, 1994, pp. 75-99.
- CARDOSO, Ruth. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In — (org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 95-106.

- CHIVA, Isac. "Le patrimoine rural". In NORA, Pierre (org.). *Science et conscience du patrimoine: actes des entretiens du patrimoine*. França: Éditions du Patrimoine, 1997, pp. 226-31.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- COMPIANI, Maurício. "A relevância das atividades de campo no ensino da geografia e na formação do professor de ciências". *Cadernos IG/Unicamp*, 1991, v. 1, n. 2, pp. 2-25.
- COWIE, Neil. "Observation". In HEIGHAM, Juanita e CROKER, Robert A. (orgs.). *Qualitative research in applied linguistics: a practical introduction*. Grã-Bretanha: Palgrave Macmillan, 2009, pp. 165-81.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado. *Residência secundária e espaço rural – duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal*. Coimbra: Ed. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.
- DAUSIEN, B. *Biographie und geschlecht – zur biographischen konstruktion sozialer wirklichkeit in frauenlebensgeschichten*. Bremen: Donat, 1996.
- DEWAILLY, Jean-Michel. "Images of heritage in rural regions". In BUTLER, Richard et al. (orgs.). *Tourism and recreation in rural areas*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998, pp. 123-39.
- DUARTE, Rosália. "Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, mar. 2002, n. 115, pp. 139-54.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. Tradução de Álvares Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GODOY, Arilda Schmidt. "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, mar.-abr. 1995, v. 35, n. 2, pp. 57-63.
- GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Tereza Kleba. "Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida". *Revista Katálysis*, Florianópolis, 2007, v. 10, pp. 83-92, número especial.
- LERNER, Dina. *Inventário das fazendas de café do Vale do Paraíba fluminense – Introdução*. Instituto Cidade Viva, 2010. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>. Acesso em jan. 2013.
- LUCAS, Sônia Maria de M. *Preservar o passado é construir o futuro*. Instituto Cidade Viva, 2008. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>. Acesso em jan. 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PORTELLA, Rosalva. *Didática de estudos sociais*. São Paulo: Ática, 1990.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "Relatos orais: do indizível ao dizível". *Ciência e Cultura*, São Paulo, mar. 1987, v. 39, n. 3, pp. 272-86.
- RADAELLI DA SILVA, Ana Maria. "Trabalho de campo: prática andante de fazer geografia". *GeoUERJ*, 2002, n. 11, pp. 61-73.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Geografia e trabalho de campo*. Colóquio O Discurso Geográfico na Aurora do Século XXI. Florianópolis, 1996.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. Tradução de Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.